

S
UFRJ/IEI
TD173

030358-5

ERO

INSTITUTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL



TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 173

DUALISMO OU INTEGRAÇÃO DO
MERCADO DE TRABALHO ? A EX-
PERIÊNCIA RECENTE DA ECONO-
MIA BRASILEIRA

João Saboia

Agosto/1988

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL



DUALISMO OU INTEGRAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO ?
A EXPERIÊNCIA RECENTE DA ECONOMIA BRASILEIRA

João Saboia
Agosto/1988



43 - 016465

Apresentação

Este texto corresponde ao capítulo 4 da tese "Salário e Emprego no Brasil - Um Estudo de Longo Prazo, apresentada ao IEI/UFRJ em agosto de 1988, como requisito para o concurso de professor titular.

Na primeira seção é discutido o conceito de setor informal. Em seguida é feita uma crítica à noção de integração do mercado de trabalho na economia brasileira. Finalmente, são apresentadas as principais modificações ocorridas no mercado de trabalho ao longo dos anos oitenta.

BI
Data: 7 / 11 / 88
N.º Registro: 030358-5

MS 84748

FICHA CATALOGRÁFICA

S
UFRJ/IEI
TD 173

Saboia, João.

Dualismo ou integração do mercado de trabalho?

A Experiência recente da Economia Brasileira /

João Saboia. - Rio de Janeiro: UFRJ/IEI, 1988.

48 f.-(IEI/UFRJ. Texto para Discussão, 173)

1. Mercado de Trabalho. 2. Economia - Brasil.

I. Título. II. Série.

1 - Setor Informal - Um Conceito Heterogêneo

Desde o artigo pioneiro, que propôs o conceito de setor informal para a análise de um importante segmento da economia dos países atrasados, tem havido importantes avanços nesta área.¹ Recentemente, Victor Tokman, um dos principais autores ligados à discussão da questão no âmbito do PREALC, publicou um trabalho, onde procura avaliar os avanços ocorridos na temática². Segundo ele, o principal avanço na conceituação do setor informal foi a concordância em utilizar as formas de produção como unidade de análise.

Foi Paulo Renato de Souza quem melhor caracterizou os setores formal e informal, procurando distinguir as formas de produção capitalistas das não-capitalistas. Assim, o setor formal seria aquele onde "prevalecem as relações capitalistas, no sentido de que se distingue a propriedade do capital e do trabalho, e que a produção está dirigida principalmente para o mercado. No informal, por sua vez, em que pese cumprir-se esta última condição, não predomina a divisão entre proprietários do capital e do trabalho e, conseqüentemente, o salário não constitui a forma usual de remuneração do trabalho".³

Na busca de uma tipologia para as diferentes parcelas do setor informal, Souza propôs dois grandes agrupamentos. De um lado colocam-se as formas de organização da produção sem assalariamento permanente e do outro as quase-empresas capitalistas⁴.

Dentro do primeiro grupo encontram-se as empresas familiares, os trabalhadores por conta própria subordinados, os pequenos vendedores de serviços e o serviço doméstico. As quase-empresas capitalistas distinguem-se das formas anteriores na medida em que utilizem permanentemente o trabalho assalariado, mas seu comportamento é semelhante ao das empresas familiares. Nos dois casos "a taxa de lucro não é a variável chave do funcionamento dessas empresas, sendo mais importante o nível de rendimento total do proprietário".⁵

O reconhecimento da heterogeneidade do setor informal é um dos aspectos onde há acordo entre os especialistas. Segundo

Tokman, "contrariamente à imagem que prevalecia há 15 anos atrás, no sentido de que o setor informal era de natureza homogênea, atualmente é evidente que existem distintos segmentos dentro deste setor"⁶. Este fato tem levado a propostas de estudar o setor informal de modo desagregado ou, como propõe Tokman, "a uma melhor conceituação de um setor heterogêneo".⁷

Uma das conseqüências da heterogeneidade do setor informal é a superação da visão de que este é sinônimo de pobreza e baixa qualidade de serviços e produtos. Assim, o setor informal passa a ser visto como "forma dinâmica de produção, que não se atém à produção de mercadorias e serviços de má qualidade, não visa atender somente mercados de baixa renda e nem a utilização de técnicas tradicionais".⁸

As relações entre os setores formal e informal são complexas. Prevalece atualmente a visão de um setor informal articulado ao formal, mas subordinado a este último. "Os pequenos produtores têm muitos vínculos com a grande indústria e o comércio — muito mais no contexto de compras do que no de vendas — bem como com diversas instituições do Estado. O mundo do pequeno produtor e do trabalhador ocasional interpenetra aquele das corporações multinacionais, do grande comércio, dos bancos e das agências internacionais. No entanto, como em todas as relações caracterizadas pelo binômio dominação/subordinação, não existe igualdade na extensão e natureza desta interpenetração. Cada polo da relação se beneficia e depende do outro, mas de maneira diversa. A dependência é complexa e fortemente favorável à hegemonia capitalista".⁹

Embora reconhecendo que a facilidade de entrada é uma das características centrais do setor informal, alguns autores procuram qualificar esta questão. Nos trabalhos de Hugo Lopez, por exemplo, são considerados quatro tipos de barreiras à entrada no setor informal: de capital; de espaço; de qualificação do trabalho; e oficiais ou sindicais. Elas concentram-se nos ramos industriais, onde o trabalho descentralizado e em pequena escala possui nítidas vantagens comparativas em relação às unidades capitalistas de maior tamanho, podendo também ser encontradas no transporte e em alguns ramos do comércio e de serviços.¹⁰

Os estudos sobre a trajetória dos trabalhadores ao longo do ciclo de vida têm mostrado a existência de diferentes padrões de mobilidade. Exemplificando com o caso da Colômbia foi encontrada uma trajetória típica, onde os jovens começariam trabalhando no setor informal, seja como assalariados ou ajudantes familiares. Após adquirirem uma certa formação e disciplina no trabalho, passariam ao setor formal como assalariados entre os 20 e 30 anos. Finalmente, voltariam ao setor informal entre os 30 e 40 anos, obrigados ou por vontade própria, para tornarem-se trabalhadores por conta própria ou, eventualmente, pequenos empresários.¹¹

O conceito de setor informal apresenta alguns problemas. O corte proposto por Souza, em que são consideradas como pertencentes ao setor informal aquelas atividades onde a descontinuidade capital/trabalho não existe ou não é nítida, resulta num excelente critério. Sua aplicação, entretanto, é dificultada pela existência, entre outros, dos assalariados informais das "quase-empresas capitalistas". Embora os proprietários de tais empresas possam estar envolvidos no processo produtivo, para os assalariados a separação capital/trabalho é real. Existe, portanto, uma área nebulosa entre os segmentos formal e informal da economia.

O reconhecimento destas dificuldades levou Tokman a apontar para a necessidade de busca de uma melhor compreensão do conceito do setor informal. Segundo ele, existe uma confusão de categorias analíticas em relação aos mercados de produtos e de fatores. Ao se trabalhar com a unidade de produção como unidade básica de análise, enfoca-se a questão do ponto de vista do mercado de produtos. Para os assalariados informais, entretanto, seria necessário analisar o mercado de trabalho. Esta seria a perspectiva adequada para aqueles que contribuem com sua força de trabalho sem participação no capital.¹³

Préale Os trabalhos empíricos têm utilizado critérios bastante diversos na delimitação do setor informal. O próprio PREALC é um dos principais responsáveis pela confusão em torno da questão, ao incluir indiscriminadamente no interior do setor informal as empresas com menos de cinco (ou de dez) empregados.¹⁴

Segundo Souza, apenas as empresas "não-organizadas" deveriam fazer parte do setor informal. "Por um lado, significa "não-organizada em termos capitalistas" em que não se distingue a propriedade do trabalho e do capital e onde o salário não é a forma usual de remuneração do trabalho. Por outro lado, significa "não-organizada juridicamente" no sentido de que inclui as empresas que, preenchendo a condição de serem capitalistas no sentido que se acaba de mencionar, por serem demasiadamente pequenas não cumprem todas as obrigações legais referentes à legislação social, às leis do salário mínimo etc."¹⁵

No Brasil, tradicionalmente o setor formal tem sido identificado com os empregados com carteira de trabalho assinada e os funcionários públicos estatutários.¹⁶ Em oposição, pertencem ao setor informal os trabalhadores sem carteira de trabalho assinada, os conta própria e os sem remuneração.¹⁷

Em função dos dados existentes nas fontes de estatísticas oficiais brasileiras, esta parece ser uma classificação adequada. Ao utilizá-la, está sendo feita uma associação entre as empresas capitalistas e o cumprimento da legislação trabalhista, e privilegiando-se o corte analítico proposto por Souza.¹⁸ Embora possa haver assalariamento com carteira assinada em empresas "não-organizadas em termos capitalistas" ou no próprio serviço doméstico, trata-se de exceção. Por outro lado, apesar de encontrar-se o assalariamento sem carteira assinada em empresas capitalistas, este comportamento é amplamente minoritário, mesmo em períodos de crise econômica.

Para tentar superar estes problemas, Cacciamali propôs a utilização da noção de "visibilidade" para os setores formal e informal, tanto no sentido da legalidade da atividade econômica, quanto da relação de trabalho. Assim, haveria quatro segmentos: formal visível; formal invisível; informal visível; e informal invisível. "É de se esperar que as relações de visibilidade predominem no setor formal e as de invisibilidade no setor informal".¹⁹ Apesar do apelo da proposta, deve-se reconhecer as dificuldades de se utilizar este tipo de segmentação a partir das estatísticas brasileiras.

A constatação da heterogeneidade do setor informal não deve ser razão para seu abandono, mas para seu aprofundamento. Heterogêneo é também o setor formal, onde convivem desde pequenas empresas capitalistas às grandes multinacionais.²⁰ Concordamos com a proposta de Tokman da necessidade de uma conceituação mais precisa do setor informal. A direção correta parece ser a linha original de Souza, onde procura-se diferenciar as relações tipicamente capitalistas das restantes. Estas últimas, entretanto, são bastante heterogêneas, e devem ser reconhecidas como tal.

2 - Dualismo ou Integração do Mercado de Trabalho ?

Ao analisar a evolução da economia brasileira a partir dos anos cinquenta, alguns autores têm criticado a visão dualista predominante sobre o mercado de trabalho, que aponta para o caráter excludente do capitalismo no Brasil. Para substituir a tese da "insuficiência dinâmica" foi proposto o paradigma da "integração" do mercado de trabalho. "Parte-se da idéia de que, tendo a economia brasileira passado a operar com um mercado de trabalho genuinamente capitalista, baseado na generalização do trabalho assalariado, que abarca inclusive o trabalho rural, torna-se necessário superar o velho paradigma, ainda dominante, da dualidade, pelo da integração".²¹

O conceito de integração é definido como "o resultado articulado dos seguintes fenômenos:

- o crescimento da produtividade resultante da expansão das atividades modernas deve vir acompanhado da diminuição das disparidades setoriais e regionais nos níveis de produtividade do trabalho;
- esse processo deve resultar na multiplicação das inter-relações setoriais, com repercussões na criação de novas atividades, na absorção de atividades de baixa produtividade e na incorporação de mão-de-obra nas diversas regiões do país; o desenvolvimento regional passa assim a depender menos de vocações naturais do que do processo global de acumulação;
- resulta daí a formação de um mercado nacional de trabalho assalariado que, no caso brasileiro, possui um corte jurídico-institucional que garante aos empregados com vínculo registrado em carteira com status diferenciado. Com isso não estamos negando o caráter capitalista do assalariamento não formalizado nem o de outras formas de exploração do trabalho. Apenas consideramos a maior parte dos que trabalham sob tais formas, resquícios do

atraso, como não integrados".²²

Trata-se, indiscutivelmente, de uma tese provocativa, que resulta da análise do emprego nas atividades industriais e do terciário, da qualificação da estrutura ocupacional, da participação do trabalho não remunerado e das disparidades setoriais.²³ Os autores estudam também o caso do Nordeste, concluindo que "o fenômeno geral da modernização e integração também se verifica no Nordeste, embora... o processo se dê num ritmo bem mais lento do que o crescimento e a diversificação da economia nordestina poderiam proporcionar".²⁴

Mesmo que não tenha sido a intenção dos autores, o texto citado deixa transparecer uma visão do mercado de trabalho brasileiro que nos parece excessivamente otimista. Assim, buscaremos nesta seção qualificar a tese integracionista. Antes, entretanto, discutiremos a evolução do emprego no Brasil nas últimas décadas.

A economia brasileira tem demonstrado um enorme dinamismo. Apesar das recessões de meados dos anos sessenta e início dos anos oitenta, a taxa média de crescimento do PIB entre 1955 e 1985 atingiu 6,2% ao ano. A indústria de transformação tem se destacado, especialmente os setores de bens de consumo duráveis e bens de capital. No mesmo período, o crescimento da indústria de transformação atingiu 6,7% ao ano, enquanto os dois setores acima apresentaram um aumento de 12,6 e 9,4% ao ano respectivamente. A segunda metade dos anos cinquenta e o período do "milagre" foram excepcionais em termos de crescimento econômico. Apesar da queda generalizada no período 1980/83, a economia voltou a crescer em seguida. (Tabela 1).

Simultaneamente, ocorreu um intenso processo de migração do campo para as cidades. A população brasileira, que era majoritariamente rural nos anos cinquenta, tornou-se urbana nos anos oitenta. Assim, enquanto em 1950 pouco mais da terça parte da população vivia nas cidades, esta parcela superava os dois terços em 1980.

A Tabela 2 mostra a distribuição da população econômica-

mente ativa entre os setores primário, secundário e terciário. A queda da PEA agrícola, correspondeu um crescimento substancial da participação da mão-de-obra industrial, no comércio e nos serviços em geral. Em 1980, 42,8% da PEA estava ocupada em atividades no terciário, 26,3% na indústria e 30,9% na agricultura, refletindo as rápidas transformações ocorridas na estrutura produtiva do país.

A desagregação dos ramos de atividade econômica permite um maior detalhamento da evolução do emprego. Entre 1950 e 1980 a maior taxa de crescimento ocorreu nas atividades sociais, atingindo 6,9% ao ano. Segue-se a indústria de construção com 5,8%, a indústria de transformação e o comércio de mercadorias com 5,0% ao ano. Apesar de ainda representar isoladamente o maior contingente de trabalhadores no final do período, a agricultura, extração vegetal e pesca tiveram um crescimento mínimo — 0,7% ao ano — entre 1950 e 1980, apresentando uma queda no emprego absoluto durante a década de setenta (Tabela 3).

Os dados analisados mostram uma impressionante capacidade de geração de empregos pela economia brasileira. Em 1950, por exemplo, a indústria de transformação possuía apenas 1,6 milhões de trabalhadores, atingindo trinta anos depois 6,9 milhões de empregos. Quantos países seriam capazes de tal performance? Pode-se daí depreender que houve a "formação de um mercado nacional de trabalho assalariado"? Para aprofundar esta questão utilizaremos a sugestão dos proponentes da tese da integração, verificando o "corte jurídico-institucional que garante aos empregados com vínculo registrado em carteira um status diferenciado". Neste sentido, nada melhor do que comparar os dados recentes da PNAD e da RAIS.²⁵

A Tabela 4 apresenta a distribuição por Estado da população ocupada e do emprego formal em 1985. Considera-se como emprego formal aquele levantado pela RAIS, i.e., com carteira de trabalho assinada e os estatutários da administração pública. É ainda calculada a "taxa de formalidade" do emprego, destacando-se o caso das atividades não-agrícolas. Ela é definida pela relação entre o emprego levantado pela RAIS e a população ocupada da PNAD.

A taxa global de formalidade para o país é de apenas 38,5%. Somente em São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal ela supera 50%.²⁶ Nos Estados do Nordeste ela situa-se entre 11,3% no Maranhão e 29,9% em Pernambuco. Para os outros Estados do Centro-Sul ela varia entre 32,0% no Paraná e 42,2% no Rio Grande do Sul. Verifica-se, portanto, que em meados dos anos oitenta as taxas de formalidade do emprego continuavam ainda bastante baixas. Este resultado não deve causar surpresa, dado o peso que ainda possuem as atividades agrícolas no país, onde os vínculos formais de trabalho são raros.

Passando-se à análise das atividades não-agrícolas observa-se uma elevação considerável nas taxas de formalidade. A taxa global para o país situa-se em 53,0%. Existem, entretanto, grandes discrepâncias. Ela atinge 76,3% no Distrito Federal, 67,1% no Paraná e Santa Catarina, 61,9% no Rio Grande do Sul e 59,9% em São Paulo. No outro extremo encontram-se o Maranhão com 29,6%, Goiás com 32,7%, Piauí com 34,1%, Ceará com 35,1%, Paraíba com 38,0% e Mato Grosso do Sul com 38,1%. Nota-se, assim, uma situação bastante heterogênea, dependendo do nível de desenvolvimento econômico da região considerada.

A análise da distribuição setorial do emprego formal traz novas informações (Tabela 5). O emprego industrial é majoritário (32,1%), seguindo-se serviços (30,9%), administração pública (22,3%), comércio (13,1%) e agricultura (1,6%). Os diferenciais no interior de cada Estado, entretanto, são enormes, chegando a surpreender. No Acre e em Roraima mais de 60% do emprego formal localiza-se na administração pública, baixando para a faixa 50/60% na Paraíba, Distrito Federal e Amapá, 40/50% em Rondônia, Piauí, Rio Grande do Norte e Maranhão, e 30/40% no Ceará, Sergipe, Goiás, Alagoas, Mato Grosso do Sul, Pará e Bahia. Enquanto isso, apenas 13,6% do emprego formal de São Paulo encontra-se na administração pública. Por outro lado, o emprego industrial atinge 44,1% em Santa Catarina e 41,0% em São Paulo, mas apenas 18,4% no Piauí e 17,2% no Mato Grosso do Sul. Portanto, não apenas a taxa de formalidade é mais baixa nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Como também a distribuição do emprego formal nestas regiões concentra-se na administração pública.

Os seis principais Estados do Centro-Sul — São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina — respondem por 81,1% do emprego formal da indústria em todo o país, 76,0% do emprego em serviços e 75,4% do emprego no comércio. (Tabela 6). Em outras palavras, o emprego formal no Brasil está concentrado no Centro-Sul. O único setor em que o restante do país tem relativa importância é a administração pública, refletindo os desequilíbrios regionais da economia brasileira e a conseqüente política de empreguismo seguida pelos governos locais.

Fica difícil aceitar a tese da integração do mercado de trabalho no Brasil sem uma maior qualificação. Sem dúvida alguma, existe um importante núcleo capitalista, localizado no Centro-Sul do país, com um mercado de trabalho razoavelmente desenvolvido, onde o "corte jurídico-institucional que garante aos empregados com vínculo registrado em carteira um status diferenciado" é respeitado para a maioria dos trabalhadores. No restante do país, entretanto, o mercado formal de trabalho está concentrado na administração pública, sendo o "assalariamento não-formalizado... e as outras formas de exploração do trabalho" amplamente majoritários. O conceito de integração fica comprometido, na medida em que os "não-integrados" constituem a maioria absoluta dos trabalhadores em grande parte do país. Embora possa-se estar caminhando para a "formação de um mercado nacional de trabalho assalariado", a evidência empírica mostra que o Brasil ainda encontra-se distante de tal estágio.

O dualismo setor formal/informal, ou ainda, as práticas formais/informais persistem na economia brasileira, constituindo-se um elemento importante a dificultar o pleno desenvolvimento das forças capitalistas no país. Em termos regulacionistas, os resultados acima apontam para a enorme distância que separa o Brasil da relação salarial fordista típica dos países desenvolvidos, onde o setor formal representa a regra, estando as práticas informais restritas a uma pequena parcela da população.

Tabela 1 - Taxas Médias Anuais de Crescimento da Indústria e do PIB - 1955/1985

Período	Indústria de Transformação				Construção Civil	PIB
	Bens de Consumo Duráveis	Bens de Consumo Não-Duráveis	Bens Intermediários	Bens de Capital		
1955/62	23,9	6,6	12,1	26,4	5,1	7,1
1962/67	4,1	0,0	5,9	-2,6	-2,8	3,1
1967/73	26,6	4,9	13,4	18,0	10,9	11,0
1973/80	9,3	4,4	8,3	7,4	8,7	7,0
1980/83	-8,1	-1,3	-4,5	-17,3	-6,6	-1,3
1983/85	3,3	4,9	8,7	13,8	6,8	6,2
1955/85	12,6	3,7	8,4	9,4	4,6	6,2

Fonte: IBGE e FGV.

Obs.: Médias geométricas.

Tabela 2 - Distribuição da População Economicamente Ativa entre os setores Primário, Secundário e Terciário - Brasil - 1950/80

Setores	(%)			
	1950	1960	1970	1980
Primário	60,5	55,4	46,1	30,9
Secundário	14,3	13,3	18,6	26,3
Terciário	25,2	31,3	35,3	42,8
PEA	17.117.362	22.750.028	29.557.224	43.235.712

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil - 1986, IBGE.

Obs: Percentuais calculados excluindo-se "outras atividades" e pessoas procurando trabalho.

Tabela 3 - Taxas de Crescimento Médias Anuais da População Economicamente Ativa por Ramo de Atividade - Brasil - 1950/1980.

Ramos de Atividade	(%)				
	50/60	60/70	70/80	50/80	
Ativ. agropecuárias, extrativa vegetal e pesca	1,8	0,6	-0,3	0,7	
Indústria de transformação	2,0	5,2	7,9	5,0	
Indústria de construção	2,9	8,2	6,3	5,8	
Outras atividades industriais (1)	-1,3	5,0	7,1	3,5	
Comércio de mercadorias	4,6	4,3	6,0	5,0	
Transporte e comunicações	4,4	1,8	4,4	3,5	
Prestação de serviços	5,5	2,5	6,0	4,7	
Atividades sociais (1)	6,6	7,3	6,9	6,9	
Administração pública	3,4	4,9	4,1	4,1	
Total	2,9	2,7	3,9	3,1	

Fonte: Censos Demográficos, IBGE.

Obs.: Médias geométricas.

(1) As atividades de saneamento estão incluídas nas "outras atividades industriais" em 1950 e nas "atividades sociais" a partir de 1960.

Tabela 4 - Taxa de Formalidade da População Ocupada por Estado - 1985

Unidades da Federação	População Ocupada (1)	População Ocupada Não-Agrícola (2)	Emprego Formal (3)	Emprego Anual Não-Agrícola (4)	Taxa de Formalidade (3)/(1) (%)	Taxa de Formalidade Não-Agrícola (4)/(2) (%)
Amazonas	388.672	359.775	199.375	198.393	51,3	55,1
Pará	703.901	631.264	339.204	338.262	48,2	53,6
Mato Grosso do Sul	647.404	448.957	176.902	170.918	27,3	38,1
Mato Grosso	573.806	340.869	145.619	139.087	25,4	40,8
Goiás	1.722.910	1.214.375	402.848	396.730	23,4	32,7
Distrito Federal	635.019	618.425	474.157	471.740	74,7	76,3
Maranhão	1.757.450	663.303	198.836	196.512	11,3	29,6
Piauí	892.458	399.825	136.994	136.145	15,4	34,1
Ceará	2.300.407	1.357.135	484.894	476.862	21,1	35,1
Rio Grande do Norte	741.963	483.734	203.218	200.200	27,4	41,4
Paraíba	1.067.091	618.840	236.154	235.212	22,1	38,0
Pernambuco	2.501.298	1.621.731	746.966	738.240	29,9	45,5
Alagoas	823.351	377.171	215.747	210.683	26,2	55,9
Sergipe	483.093	278.434	142.292	140.908	29,5	50,4
Bahia	4.082.463	2.058.603	847.949	833.801	20,8	40,5
Minas Gerais	5.829.694	3.837.621	1.927.678	1.868.942	33,1	48,7
Espírito Santo	949.073	555.028	321.270	312.448	33,9	56,3
Rio de Janeiro	5.157.703	4.908.857	2.715.505	2.710.685	52,6	55,2
São Paulo	12.482.987	11.315.181	6.894.116	6.780.164	55,2	59,9
Paraná	3.522.124	1.991.072	1.127.952	1.101.963	32,0	67,1
Santa Catarina	1.823.384	1.094.811	749.664	735.148	41,1	67,1
Rio Grande do Sul	3.883.941	2.621.226	1.639.308	1.622.516	42,2	61,9
Total	53.236.936	38.046.543	20.491.484	20.171.757	38,5	53,0

Fonte: PNAD e RAIS.

Obs.: Na região Norte a PNAD não estima a população rural.

Tabela 5 - Distribuição Setorial do Emprego por Unidade da Federação - 1985

Unidades da Federação	Agricultura	Indústria	Serviços	Comércio	Administração Pública	Total
Amazonas	0,5	37,9	22,7	10,4	28,5	100
Pará	2,7	23,3	29,3	12,3	32,4	100
Acre	0,5	10,9	18,9	7,1	62,6	100
Amapá	-	26,0	14,8	9,0	50,2	100
Rondônia	0,3	18,4	20,7	11,5	49,1	100
Roraima	0,5	7,3	20,8	10,8	60,6	100
Mato Grosso do Sul	3,5	17,2	29,8	17,1	32,4	100
Mato Grosso	4,7	20,2	32,2	16,2	26,7	100
Goiás	1,6	20,8	29,4	15,0	33,2	100
Distrito Federal	0,5	6,7	33,4	8,7	50,7	100
Maranhão	1,2	23,4	24,3	10,6	40,5	100
Piauí	0,7	18,6	23,1	11,5	46,1	100
Ceará	1,7	23,2	24,4	12,3	38,4	100
Rio Grande do Norte	1,5	24,8	20,7	9,2	43,8	100
Paraíba	0,4	20,8	18,2	7,9	52,7	100
Pernambuco	1,3	32,1	27,3	11,5	27,8	100
Alagoas	2,4	26,9	28,3	9,4	33,0	100
Sergipe	1,0	22,5	27,4	11,5	37,6	100
Bahia	1,7	21,8	31,4	14,0	31,1	100
Minas Gerais	3,3	31,2	32,3	13,1	20,1	100
Espírito Santo	2,8	26,0	31,6	13,5	26,1	100
Rio de Janeiro	0,2	24,9	39,0	14,2	21,7	100
São Paulo	1,7	41,0	31,4	12,3	13,6	100
Paraná	2,4	29,0	32,1	16,8	19,7	100
Santa Catarina	1,9	44,1	23,6	12,2	18,2	100
Rio Grande do Sul	1,0	35,0	27,7	15,8	20,5	100

Tabela 6 - Participação de Seis Estados do Centro-Sul no Emprego Formal do País - 1985

Unidades da Federação	Indústria	Serviços	Comércio	(%) Administração Pública
São Paulo	43,1	34,2	31,7	20,7
Rio de Janeiro	10,3	16,7	14,4	13,0
Minas Gerais	8,8	9,4	9,1	8,2
Rio Grande do Sul	8,8	7,2	9,7	7,4
Paraná	5,0	5,7	7,0	4,9
Santa Catarina	5,1	2,8	3,5	3,0
(Sub-Total)	(81,1)	(76,0)	(75,4)	(57,0)
Restante do País	18,9	24,0	24,6	43,0
Total	100	100	100	100

Fonte: RAIS.



3 - O Emprego nos Anos Oitenta

O objetivo desta seção é analisar a evolução do emprego ao longo dos anos oitenta. Neste período a economia brasileira passou por uma forte recessão — especialmente em 1981 e 1983 —, seguida de vigorosa recuperação até 1986. Como veremos a seguir, os efeitos sobre o mercado de trabalho foram importantes, em alguns aspectos até mesmo surpreendentes.²⁷

A capacidade de geração de empregos do país é invejável. Entre 1979 e 1986 a população ocupada cresceu a uma taxa média de 3,3% ao ano. Apesar da crise, a taxa de desemprego manteve-se relativamente baixa, recuando rapidamente a partir de 1984. Segundo a PNAD, a taxa de desemprego atingiu 4,3% em 1981, 4,9% em 1983, baixando para apenas 2,4% em 1986 (Tabela 7).²⁸

A taxa de participação da população ocupada manteve-se relativamente estável durante a recessão, crescendo em seguida. Em 1986 ela atingia 54,4%. Movimento semelhante ocorreu com a taxa de participação da PEA.

Embora a população ocupada tenha crescido bastante durante a crise, o mesmo não pode ser dito em relação ao emprego formal²⁹. Este reduziu-se entre 1980 e 1983, recuperando-se em seguida. Conseqüentemente, a taxa de formalidade diminuiu, por sinal drasticamente, até 1983.³⁰ Apesar da reativação do emprego formal a partir de 1984, a taxa de formalidade praticamente não se recuperou até 1986. Enquanto ela atingia 45,2% em 1979, estava reduzida a apenas 40,0% em 1986.

Apesar da possibilidade de que o setor formal tenha passado a utilizar práticas informais durante a crise, deixando de assinar a carteira de seus empregados, os dados apontam para um nítido recuo deste no início dos anos oitenta. Portanto, o crescimento da população ocupada só poderia ser explicado através de sua absorção pelo setor informal. Este ponto ficará mais claro adiante, quando verificarmos a forte tendência à "terciarização" da população ocupada durante a recessão, especialmente em ramos típicos do setor informal, e a queda do emprego na indústria de transformação.

Em termos regionais os anos oitenta mostraram um crescimento dos desequilíbrios. São Paulo continuou atraindo a mão-de-obra do país, passando de 22,2% do emprego em 1979 para 24,2% em 1986. Em contrapartida, houve queda da participação do Nordeste — 28,5% em 1979 e 26,7% em 1986. Houve ainda uma diminuição da importância relativa da região Sul no emprego e aumento das regiões Norte e Centro-Oeste. Este último movimento está possivelmente associado à migração em direção à fronteira agrícola.

O emprego feminino continuou apresentando a tendência secular de crescimento. A recessão do início dos anos oitenta parece, inclusive, ter acentuado esta tendência. Assim, enquanto em 1979 31,7% do emprego era feminino, em 1983 este percentual atingia 33,0% e em 1986 33,7%.

O envelhecimento da população brasileira, juntamente com as dificuldades encontradas pelos jovens para ingressarem no mercado de trabalho durante a crise, tiveram conseqüências sobre a pirâmide etária dos trabalhadores. Em 1979, por exemplo, 22,1% da população ocupada era constituída por trabalhadores com até 19 anos. Em 1983 sua participação havia baixado para 19,4%, atingindo 18,8% em 1986. O grupo na faixa 20/29 anos não sofreu grandes variações no período. Para as faixas etárias mais velhas a tendência foi de aumento de sua participação no emprego. Este aumento ocorre com mais intensidade até 1983, estando aparentemente associado ao ciclo recessivo.

Outra modificação interessante ocorrida no início dos anos oitenta foi a elevação do percentual da população trabalhando menos de 40 horas semanais. Este fato parece estar associado à busca de emprego em um período de dificuldades econômicas, quando novos integrantes das unidades familiares passam a participar do mercado de trabalho, mesmo em tempo parcial. Assim, enquanto em 1979 15,4% da população ocupada trabalhava menos de 40 horas semanais, em 1983 21,0% encontravam-se na mesma situação. Após a reativação da economia houve reversão desta tendência, de modo que em 1986 observa-se 18,2% da população ocupada com menos de 40 horas semanais. Com relação àqueles que trabalham mais do que a jornada semanal

regular de 48 horas há queda durante todo o período — 33,2% em 1979 e 28,1% em 1986.

A análise setorial do emprego apresenta importantes mudanças. Uma das principais é a queda do emprego na indústria de transformação entre 1979 e 1983, seguida de vigorosa recuperação. Enquanto em 1979 o emprego na indústria de transformação representava 15,5% da população ocupada, em 1983 havia baixado para 14,0%, e levando-se para 16,2% em 1986. Simultaneamente, houve forte queda na participação do emprego agrícola durante todo o período, representando a continuidade do processo de urbanização do país. Este atingia 32,5% em 1979, caindo para 25,9% em 1986 (Tabela 8).

Houve um intenso processo de "terciarização" do emprego ao longo da década de oitenta. Enquanto em 1979 43,6% do emprego concentrava-se no setor terciário, em 1983 ele atingia 47,6% e em 1986 49,9%. Se levarmos em consideração que em alguns países desenvolvidos o emprego no terciário já atinge 70%, veremos que pode-se prever a continuação desta tendência para o futuro. Durante os anos de recessão o crescimento do emprego esteve concentrado na prestação de serviços, comércio, atividades sociais, e administração pública. Também foram estes quatro ramos que comandaram o crescimento do emprego terciário a partir de 1984. Em 1986 16,6% da população ocupada trabalhava na prestação de serviços, 11,3% no comércio e 8,2% nas atividades sociais. Apesar de sua participação relativamente menor, a administração pública foi responsável por mais de um milhão e meio de novos empregos entre 1979 e 1986 segundo a RAIS.³¹

Os dados da Tabela 9 ilustram a heterogeneidade do país. Enquanto a população ocupada no Nordeste continua primordialmente agrícola, em São Paulo a industrialização e a "terciarização" da economia encontram-se relativamente avançadas. Tanto São Paulo quanto o Nordeste apresentam crescimento do setor terciário e queda da população agrícola ao longo da década de oitenta. Durante os anos de crise econômica a principal característica em São Paulo foi a queda da participação do emprego na indústria de transformação — 28,7% em 1979 e 25,4% em 1983. Esta queda foi compensada principal

mente pelo crescimento do emprego na prestação de serviços — 16,5% e 18,9% respectivamente. Apesar da recuperação da indústria paulista a partir de 1984, o emprego no terciário manteve sua participação relativamente inalterada, ocorrendo, portanto, nova queda no emprego agrícola. No caso do Nordeste as modificações estão menos associadas à crise econômica e mais às tendências de longo prazo. Apesar das importantes transformações da economia nordestina, em 1986 a população ocupada agrícola ainda superava aquela no terciário — 43,6 e 40,0% respectivamente. Cabe ainda chamar a atenção para a elevação da participação do emprego na administração pública no Nordeste — 2,4% em 1979 e 4,2% em 1986 —, consequência da política de "empreguismo" público apontada anteriormente.³²

Os vínculos de trabalho tornaram-se mais precários ao longo da crise econômica, recuperando-se posteriormente. Assim, os empregados com carteira de trabalho assinada baixaram de 37,3% de população ocupada em 1979 para 34,3% em 1983. Simultaneamente, os empregados sem carteira assinada subiram de 25,0 para 30,7% no período. No caso dos trabalhadores por conta própria houve uma certa estabilidade — 21,8% em 1979 e 22,2% em 1983 (Tabela 10). Estes dados confirmam a estagnação do setor formal apontada pela RAIS até 1983, ao mesmo tempo em que a população ocupada crescia no país. A menos que tenha havido um aumento considerável de práticas informais no setor formal, a evidência empírica aponta claramente para o crescimento do setor informal até 1983.

A partir de 1984 há uma reversão do quadro. O percentual de trabalhadores com carteira assinada eleva-se rapidamente, atingindo 38,2% da população ocupada em 1986. Por outro lado, o percentual de empregados sem carteira recua para 27,9%. Os trabalhadores por conta própria permanecem em proporção relativamente constante.

Ao considerar-se o conjunto de empregados (com e sem carteira assinada) observa-se uma tendência de crescimento de sua participação na população ocupada ao longo da década de oitenta — 62,3% em 1979, 65,0% em 1983 e 66,1% em 1986. Este fato é a contrapartida de queda da importância da população ocupada agrícola. Não é por outra razão que durante todo o período a participação dos

não-remunerados — situação tipicamente rural — cai ano após ano, passando de 12,1% em 1979 para 7,6% em 1986. Aparentemente, estes trabalhadores rurais, ao migrarem para as cidades, transformam-se em empregados (com ou sem carteira assinada) e minoritariamente em trabalhadores por conta própria.

A comparação entre as populações agrícola e não-agrícola mostra duas situações completamente distintas. No setor primário há um certo equilíbrio entre empregados sem carteira, trabalhadores por conta própria e não-remunerados. Os empregados com carteira de trabalho assinada constituem um grupo residual, assim como os empregadores. Nas regiões urbanas há um amplo predomínio de empregados com carteira de trabalho assinada. Os empregados sem carteira e os trabalhadores por conta própria representam também dois importantes grupos. Neste caso, tanto os trabalhadores não-remunerados quanto os empregadores possuem uma participação mínima.

A transformação de empregados com carteira em empregados sem carteira assinada até 1983 é bastante nítida no emprego urbano. Os primeiros representavam 53,2% da população ocupada não-agrícola em 1979 e 45,5% em 1983. Os segundos 23,2 e 29,5% respectivamente. A partir daí a situação inverte-se. Em 1986 49,2% da população ocupada não-agrícola era constituída por empregados com carteira e 26,3% sem carteira. No caso dos trabalhadores por conta própria há uma certa estabilidade em sua participação no emprego não-agrícola durante quase todo o período (Tabela 11).

Talvez a principal mudança observada no emprego rural seja a queda contínua dos não-remunerados durante todo o período — 32,7% em 1979 e 25,2% em 1986. Em outras palavras, além da migração de trabalhadores do campo para a cidade, tem havido um crescimento acentuado do assalariamento no campo. Houve grande crescimento da participação de empregados com ou sem carteira no interior da população rural. Assim, havia 29,0% de empregados rurais sem carteira assinada em 1979 e 32,2% em 1986. Analogamente, os empregados rurais com carteira assinada passaram de 4,5 para 6,9% no mesmo período.

Situações bastante distintas são identificadas quando com para-se São Paulo com o Nordeste. Em São Paulo predomina amplamente o assalariamento da mão-de-obra, especialmente com a assinatura de carteira de trabalho. Quase 80% da população ocupada encontra-se em tal situação. No Nordeste o assalariamento atinge cerca de metade da população ocupada, tende a aumentar, mas ainda predomina a não assinatura da carteira de trabalho. Por outro lado, o peso dos trabalhadores por conta própria no Nordeste é bastante alto, representando cerca da terça parte da mão-de-obra. No caso de São Paulo estes trabalhadores são bem menos importantes, situando-se em torno de 15% da população ocupada. Finalmente, os não-remunerados têm um peso mínimo em São Paulo e uma participação não desprezível no Nordeste (Tabela 12).

Durante os anos de recessão a transformação de empregados com carteira em empregados sem carteira é bem nítida em São Paulo, revertendo-se a tendência nos anos de recuperação econômica. Em seu conjunto o assalariamento parece ter diminuído até 1983, sendo substituído pelo trabalho por conta própria, tendência esta que também é revertida em seguida. No caso do Nordeste as transformações na década de oitenta são estruturais e de longo prazo, não estando diretamente associadas à crise. O assalariamento formal passa de 19,1% em 1979 para 21,8% em 1986, e o informal de 28,1 para 32,5% no mesmo período. Os trabalhadores não-remunerados baixam de 18,1% em 1979 para apenas 11,4% em 1986.

A análise setorial desagregada mostra uma grande variedade de situações. Em alguns setores predominam amplamente os trabalhadores com carteira assinada. Em outros o emprego formal é minoritário, destacando-se o emprego informal ou o trabalho por conta própria. Na agricultura a situação é ainda mais complexa, com elevada participação de trabalhadores não-remunerados. A análise será ilustrada com os dados da PNAD para 1986.

A indústria de transformação e "outras atividades industriais" destacam-se pela elevada incidência de empregados com carteira de trabalho assinada — 72,4 e 75,2% respectivamente. O mesmo ocorre com as "outras atividades" — que inclui as instituições fi-

nanceiras —, onde 74,4% da mão-de-obra é constituída por empregados com carteira assinada. Também em transporte e comunicação é relativamente elevado o percentual de empregados com carteira assinada — 60,2%. No outro extremo encontra-se a agricultura, onde apenas 6,9% da população ocupada tem carteira assinada e a prestação de serviços com 21,9%. Com percentuais relativamente baixos são encontrados o comércio e a indústria de construção — 42,5 e 39,3% respectivamente. No caso da administração pública, o elevado percentual de trabalhadores sem carteira assinada corresponde aos estatutários. (Tabela 13)

O assalariamento informal é mais comum na prestação de serviços, onde 40,7% dos trabalhadores não possuem carteira assinada. Ele é também considerável nas atividades sociais, agricultura e indústria de construção. Os trabalhadores por conta própria são mais importantes na prestação de serviços, agricultura, comércio, indústria de construção, serviços auxiliares e transporte e comunicação, representando cerca de 30% da mão-de-obra do respectivo setor. Há ainda que mencionar o percentual relativamente elevado de empregadores nos serviços auxiliares e comércio — 8,2 e 6,8% respectivamente. Trata-se, sem dúvida, de setores onde predominam pequenas unidades.

Os dados das Tabelas 14 e 15 permitem comparar as características do emprego setorial em São Paulo e no Nordeste. Em São Paulo os trabalhadores com carteira assinada atingem percentuais bem mais elevados que no Nordeste. Até mesmo na agricultura, ramo onde predominam relações informais, cerca de um quarto da mão-de-obra de São Paulo possui carteira assinada. Apesar do desenvolvimento econômico atingido por São Paulo, o grau de formalidade nas relações de trabalho ainda é baixo em diversos ramos. Excluindo-se a administração pública, seis ramos possuem menos de metade da população ocupada com carteira de trabalho assinada. Na prestação de serviços o percentual aproxima-se daquele encontrado na agricultura — 28,1%.

No Nordeste as relações de trabalho são predominantemente informais na maioria dos setores. A situação mais favorável é en

contrada nas "outras atividades industriais", onde 66,5% da população ocupada é representada por trabalhadores com carteira de trabalho assinada. Em contrapartida, apenas 3,3% na agricultura, 12,0% na prestação de serviços, 25,1% no comércio e 32,4% na indústria de construção possuem a carteira de trabalho. No comércio, por exemplo, 48,4% são trabalhadores por conta própria, e na prestação de serviços 46,3% são empregados sem carteira assinada. Não mais de 41,7% dos trabalhadores da indústria de transformação possuem a carteira de trabalho assinada no Nordeste. Estes dados representam mais uma evidência no sentido de contestar a tese da integração do mercado de trabalho brasileiro.³³

A evolução setorial do assalariamento formal ao longo dos anos oitenta pode ser acompanhada a partir dos dados da Tabela 16. Nela estão calculados, para o conjunto de empregados, os percentuais daqueles que possuem carteira de trabalho assinada. Excluem-se, portanto, os trabalhadores por conta própria, os não-remunerados e os empregadores. Como já foi salientado anteriormente, a tendência encontrada no período foi a substituição de empregados com carteira por empregados sem carteira assinada até 1983, seguida de inversão desta tendência com a recuperação da economia.

Efetivamente, o comportamento geral apontado acima é obtido quando considerados os dados agregados do Brasil — 59,9% dos empregados possuíam carteira assinada em 1979, 52,8% em 1983 e 57,8% em 1986. Este movimento é muito nítido em São Paulo — 72,0, 66,6 e 69,9% respectivamente —, e praticamente inexistente no Nordeste. Cabe, entretanto, observar que os percentuais de trabalhadores com carteira assinada em 1986 ainda eram inferiores aos de 1979, apesar do crescimento vigoroso da economia no triênio 1984/86.

Quando analisados separadamente os vários ramos de atividade, verifica-se que o ciclo do emprego é diferenciado. Na indústria de transformação, por exemplo, o percentual de empregados com carteira assinada continuou em queda até 1986, tanto em São Paulo, quanto no Nordeste, ou no conjunto do país. Em outros a participação dos empregados com carteira só se recuperou em 1986. Excetuando-se o caso da administração pública e da agricultura, que devem ser

tratados à parte, em todos os setores o peso dos empregados com carteira em 1986 era inferior ao encontrado antes da crise. No caso da administração pública as novas contratações são usualmente feitas com a assinatura da carteira de trabalho, substituindo os antigos funcionários estatutários. Na agricultura partiu-se de um patamar de carteiras assinadas muito baixo. A modernização das relações de produção no campo tende a elevar este patamar. Em resumo, as condições de assalariamento nos diversos setores da economia em 1986 continuavam mais precárias do que aquelas que prevaleciam antes da crise.

Outra forma de se verificar a precariedade das relações de trabalho é através da consideração da contribuição para a previdência social. Os trabalhadores com carteira de trabalho assinada contribuem obrigatoriamente para a previdência social. Os outros, entretanto, têm a opção de fazê-lo como autônomos, passando a contar com uma certa proteção previdenciária. É de se esperar que com a crise econômica haja uma queda no percentual de contribuintes, não apenas pela redução os trabalhadores com carteira assinada, mas também daqueles que o fazem espontaneamente.

A Tabela 17 apresenta os percentuais de contribuintes para o Brasil, São Paulo e Nordeste, por ramo de atividade, entre 1979 e 1986. Como esperado, o percentual de contribuintes cai durante a crise recuperando-se em seguida. Em 1986 eles encontravam-se em níveis próximos aos de 1979. Para o conjunto do país os contribuintes representavam 49,1% da população ocupada em 1979, baixando para 47,7% em 1983 e subindo para 49,9% em 1986. O percentual de contribuintes em São Paulo é quase três vezes superior ao encontrado no Nordeste. O movimento cíclico é também mais nítido em São Paulo — 70,8% em 1979, 66,8% em 1983 e 69,1% em 1986.

A maioria dos setores no Brasil possui elevadas taxas de contribuintes para a previdência. Excetuando-se a agricultura e a prestação de serviços, em geral mais da metade dos ocupados são contribuintes, não sendo raros os casos em que mais de 80% dos trabalhadores contribuem para a previdência. Os percentuais são obviamente bem mais elevados em São Paulo do que no Nordeste. O movimen

to cíclico repete-se pelos diversos setores. Em alguns a recuperação é mais rápida, em outros o percentual de contribuintes continua em queda até 1986. A regra geral, entretanto, é de não recuperação dos níveis anteriores à crise nos diversos setores.³⁴

Ao se passar à evolução dos rendimentos do trabalho observa-se uma maior concentração de trabalhadores nas faixas mais baixas de rendimento na medida em que se avança ao longo da crise dos anos oitenta. A recuperação econômica é acompanhada de elevação dos percentuais de trabalhadores nas faixas mais altas. Embora este movimento pró-cíclico possua uma lógica econômica, é preciso uma certa precaução em sua análise, na medida em que os rendimentos da PNAD estão apresentados em faixas de salário mínimo. Este mostrou-se ascendente até 1982, caindo bastante em 1983, e um pouco mais no período 1984/86.³⁵ Portanto, o comportamento do salário mínimo seria suficiente para justificar os dados encontrados na Tabela 18. De qualquer forma, fica a constatação de que em 1986 mais de 30% da população ocupada recebia até um salário mínimo mensal de rendimento de todos os trabalhos, apesar do valor insignificante atingido pelo salário mínimo naquele ano.

Os empregados recebem em média mais do que os trabalhadores por conta própria. De uma certa forma, a legislação trabalhista dificulta o pagamento de salários abaixo do mínimo legal. Assim, há uma maior concentração de trabalhadores por conta própria na extremidade inferior da pirâmide de rendimentos do trabalho. Não obstante, parcela considerável dos trabalhadores por conta própria auferem rendimentos relativamente elevados. Em 1986 6,0% dos trabalhadores por conta própria e 5,0% dos empregados reclararam rendimentos superiores a 10 salários mínimos (SM) mensais. Acima de 5 SM os percentuais foram de 16,6 e 13,9% respectivamente. Estes dados representam uma ilustração adicional da heterogeneidade de situações encontradas no setor informal — onde se concentram os trabalhadores por conta própria —, que definitivamente não pode ser associado a pobreza e tecnologias atrasadas sem maiores qualificações. Como era de se esperar, os rendimentos dos empregadores são bem mais elevados — 45,6% recebiam mais de 10 SM mensais em 1986 (Tabela 19).

O quadro setorial de rendimentos apresenta grandes diferenças. Na prestação de serviços mais da metade da população ocupada recebia até 1 SM mensal em 1986. Analogamente, na agricultura 44,4% dos trabalhadores encontravam-se na mesma situação. Em oposição, 36,3% da população ocupada nos serviços auxiliares e "outras atividades", 32,0% nas "outras atividades industriais", 29,2% na administração pública e 27,6% em transporte e comunicação recebiam mais de 5 SM mensais. A situação na indústria de transformação é intermediária, com 18,8% na faixa de rendimentos até 1 SM e 20,4% acima de 5 SM mensais (Tabela 20).

Em resumo, a análise do comportamento do mercado de trabalho na primeira metade dos anos oitenta aponta para uma situação bastante heterogênea. O setor informal parece ter absorvido a mão-de-obra que se incorporou à população ocupada durante a crise econômica, tendo se retraído em seguida. O grau de formalidade reduziu-se durante a recessão, recuperando-se apenas parcialmente até 1986. Embora o setor formal possa ter utilizado práticas informais na crise, estas cresceram demais para que possam ser associadas apenas ao setor formal. Em 1986 prevaleciam condições bastante desfavoráveis para os trabalhadores, cujos rendimentos, em sua imensa maioria, concentravam-se em níveis extremamente baixos.

Tabela 7 - População Ocupada, Desocupada, Economicamente Ativa e Taxas de Desemprego e de Participação - Brasil - 1979/1986

	1979	1981	1982	1983	1984	1985	1986
População Ocupada (1)	44.164.360	45.465.410	47.925.851	48.466.493	50.208.765	53.236.936	55.435.973
Emprego Formal (2)	19.944.300	19.814.700	19.956.300	19.186.400	19.906.400	21.051.200	22.162.100
População Desocupada (3)	1.247.190	2.023.116	1.958.885	2.474.207	2.234.347	1.861.558	1.380.242
População Econ. Ativa (4)	45.411.550	47.488.526	49.884.736	50.940.700	52.443.112	55.098.494	56.816.215
População c/10 Anos ou Mais (5)	84.393.343	88.902.901	90.905.799	92.886.828	95.704.423	98.253.969	101.870.712
Taxa de Formalidade (2)/(1) x 100	45,2	43,6	41,6	39,6	39,6	39,5	40,0
Taxa de Desemprego (3)/(4) x 100	2,8	4,3	3,9	4,9	4,3	3,4	2,4
Taxa Part. Pop. Ocup. (1)/(5) x 100	52,3	51,1	52,7	52,2	52,3	54,2	54,4
Taxa Part. PEA (4)/(5) x 100	53,8	53,4	54,9	54,8	54,8	56,1	55,8

Fonte: PNAD. Para o emprego formal ver Ministério do Trabalho, Evolução do Emprego e dos Salários no Setor Organizado no Período 1980-1986 Utilizando a Metodologia de Painéis Fixos para Pares de Anos Consecutivos da RAIS, Brasília, abril de 1988.

28

Tabela 8 - Distribuição da População Ocupada por Ramo de Atividade - Brasil - 1979/1986

	(%)						
Ramo de Atividade	1979	1981	1982	1983	1984	1985	1986
Agricultura	32,5	29,3	29,5	27,1(1)	29,8	28,5	25,9
Ind. Transformação	15,5	15,0	14,7	14,0	14,2	14,7	16,2
Ind. Construção	6,9	8,1	7,1	9,5(1)	5,8	5,8	6,5
Outras Ativ. Industriais	1,5	1,6	1,6	1,8	1,7	1,6	1,5
Comércio	9,7	10,3	10,4	10,6	10,7	10,9	11,3
Prestação de Serviços	15,2	15,3	16,1	16,3	16,7	16,6	16,6
Serviços Auxiliares	2,5	2,6	2,6	2,5	2,6	2,7	2,8
Transp. e Comunicações	3,7	3,9	3,9	3,7	3,6	3,6	3,6
Atividades Sociais	6,6	7,2	7,3	7,4	7,5	7,9	8,2
Administração Pública	3,5	4,0	4,2	4,1	4,3	4,4	4,6
Outras Atividades	2,4	2,7	2,7	3,0	3,1	3,3	2,8
Total	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: PNAD.

(1) - Em 1983 os empregos nas frentes de trabalho no Nordeste foram incorporados na indústria de construção, aumentando sua participação em detrimento da agricultura.

29

Tabela 9 - Distribuição da População Ocupada por Ramo de Atividade - São Paulo e Nordeste - 1979/1986

Ramos de Atividade	(%)													
	1979		1981		1982		1983		1984		1985		1986	
	SP	NE	SP	NE	SP	NE	SP	NE	SP	NE	SP	NE	SP	NE
Agricultura	12,7	52,2	11,0	43,9	10,9	47,3	11,4	36,3(1)	10,6	48,0	9,4	46,4	8,6	43,6
Ind.Transformação	28,7	8,3	28,0	8,4	26,9	8,7	25,4	8,2	26,4	8,2	27,1	8,5	29,4	9,1
Ind.Construção	6,9	5,4	7,4	10,0	7,5	6,3	6,9	17,3(1)	6,2	4,9	6,3	5,0	6,4	5,8
Outras Ativ.Industriais	1,4	1,5	1,2	1,7	1,2	1,5	1,3	2,0	1,2	1,7	1,2	1,6	1,0	1,5
Comércio	10,8	8,5	12,1	8,9	11,7	9,3	11,9	9,3	12,3	9,4	12,5	9,7	12,7	9,6
Prestação de Serviços	16,5	11,8	17,2	12,0	18,1	12,2	18,9	11,9	19,4	12,3	18,8	12,5	17,6	13,3
Serviços Auxiliares	4,0	1,2	3,6	1,4	3,6	1,3	3,8	1,1	4,0	1,2	3,7	1,3	4,0	1,4
Transp.e Comunicações	4,4	2,3	4,4	2,8	4,6	2,6	4,6	2,5	4,2	2,5	4,0	2,5	4,2	2,6
Atividades Sociais	7,2	5,1	7,4	6,2	7,7	6,0	8,0	6,5	7,9	6,5	8,3	6,7	8,3	7,4
Administração Pública	3,5	2,4	3,6	3,2	3,8	3,4	3,4	3,4	3,4	3,6	3,9	3,9	3,9	4,2
Outras Atividades	3,9	1,3	4,1	1,5	4,0	1,4	4,4	1,5	4,4	1,7	4,8	1,9	3,9	1,5
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: PNAD.

(1) - Ver Tabela 28.

30

Tabela 10 - Distribuição da População Ocupada segundo a Posição na Ocupação - Brasil - 1979/1986

Posição na Ocupação	(%)						
	1979	1981	1982	1983	1984	1985	1986
Empregados com carteira	37,3	37,3	36,1	34,3	35,0	36,5	38,2
Empregados sem carteira	25,0	26,9	27,0	30,7	28,8	28,1	27,9
Conta própria	21,8	22,7	23,3	22,2	23,3	22,8	22,9
Não-remunerados	12,1	9,9	10,3	9,7	9,6	9,4	7,6
Empregadores	3,8	3,2	3,3	3,1	3,3	3,2	3,4
Total	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: PNAD.

31

Tabela 11 - Distribuição da População Ocupada segundo a Posição na Ocupação - Atividades Agrícolas e Não-Agrícolas - Brasil - 1979/1986

Posição na Ocupação	(%)													
	1979		1981		1982		1983		1984		1985		1986	
	Agr.	Não Agr.	Agr.	Não Agr.	Agr.	Não Agr.	Agr.	Não Agr.	Agr.	Não Agr.	Agr.	Não Agr.	Agr.	Não Agr.
Empr.com carteira	4,5	53,2	4,9	50,7	5,3	49,1	4,0	45,5	5,3	47,6	6,6	48,5	6,9	49,2
Empr.sem carteira	29,0	23,2	31,8	24,9	31,0	25,2	33,8	29,5	33,4	26,9	31,5	26,7	32,2	26,3
Conta própria	29,8	17,9	30,4	19,5	30,7	20,2	30,3	19,8	30,4	20,3	30,0	19,8	32,2	19,7
Não-remunerados	32,7	2,1	29,4	1,9	29,5	2,3	28,7	2,1	27,6	1,9	28,5	1,9	25,2	1,4
Empregadores	4,0	3,8	3,5	3,0	3,5	3,2	3,2	3,1	3,3	3,3	3,4	3,1	3,5	3,4
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: PNAD.

Tabela 12 - Distribuição da População Ocupada segundo a Posição na Ocupação - São Paulo e Nordeste - 1979/1986

Posição na Ocupação	(%)													
	1979		1981		1982		1983		1984		1985		1986	
	SP	NE	SP	NE	SP	NE	SP	NE	SP	NE	SP	NE	SP	NE
Empr.com carteira	57,3	19,1	54,3	21,9	53,6	20,4	51,1	19,4	52,1	19,4	54,7	20,8	54,8	21,8
Empr.sem carteira	22,2	28,1	22,7	32,2	23,3	29,7	25,7	39,1(1)	25,3	31,7	24,1	31,3	23,5	32,5
Conta própria	12,9	32,2	15,3	31,4	15,1	33,3	15,5	27,6	15,4	32,4	14,6	31,7	14,7	32,2
Não-remunerados	3,2	18,1	3,7	12,6	3,9	14,6	3,7	12,3	3,3	14,1	2,8	14,2	2,6	11,4
Empregadores	4,4	2,5	4,0	1,9	4,1	2,0	4,0	1,6	3,9	2,3	3,4	2,0	4,4	2,1
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: PNAD.

(1) - Este percentual está influenciado pelas frentes de trabalho do Nordeste.

Tabela 13 - Distribuição da População Ocupada segundo a Posição na Ocupação por Ramo de Atividade - Brasil - 1986

Ramo de Atividade	(%)					
	Empregados c/carteira	Empregados s/carteira	Conta Própria	Não-Remu- nerados	Emprega- dores	Total
Agrícola	6,9	32,2	32,2	25,2	3,5	100
Ind.Transformação	72,4	15,9	6,6	1,3	3,8	100
Ind.Construção	39,3	27,9	29,6	0,7	2,5	100
Outras Ativ.Industriais	75,2	15,5	7,8	0,4	1,1	100
Comércio	42,5	16,3	30,9	3,5	6,8	100
Prestação Serviços	21,9	40,7	33,2	1,5	2,7	100
Serviços Auxiliares	47,4	16,7	26,8	0,9	8,2	100
Transp.e Comunicações	60,2	11,9	25,1	0,7	2,1	100
Atividades Sociais	55,6	36,7	4,9	1,2	1,6	100
Administração Pública	52,5	47,0	0,3(1)	-	0,2(1)	100
Outras Atividades	74,4	8,2	15,6	0,4	1,4	100
Total	38,2	27,9	22,9	7,6	3,4	100

Fonte: PNAD.

(1) - Trata-se de informações incorretas.

34

Tabela 14 - Distribuição da População Ocupada segundo a Posição na Ocupação por Ramo de Atividade - São Paulo - 1986

Ramo de Atividade	(%)					
	Empregados c/carteira	Empregados s/carteira	Conta Própria	Não-Remu- nerados	Emprega- dores	Total
Agrícola	25,5	36,0	13,9	18,9	5,7	100
Ind. Transformação	82,6	11,6	1,5	0,7	3,6	100
Ind. Construção	42,0	22,5	30,8	0,5	4,2	100
Outras Ativ. Industriais	89,9	10,1	-	-	-	100
Comércio	47,7	16,7	24,0	2,6	9,0	100
Prestação de Serviços	28,1	36,5	30,7	1,3	3,4	100
Serviços Auxiliares	46,5	17,8	25,3	0,9	9,5	100
Transp.e Comunicações	68,2	8,7	19,2	1,1	2,8	100
Atividades Sociais	49,2	40,5	6,1	1,7	2,5	100
Administração Pública	42,0	57,9	-	-	0,1(1)	100
Outras Atividades	83,6	6,2	7,5	0,4	2,3	100
Total	54,8	23,5	14,7	2,6	4,4	100

Fonte: PNAD.

(1) - Trata-se de informações incorretas.

35

Tabela 15 - Distribuição da População Ocupada segundo a Posição na Ocupação por Ramo de Atividade - Nordeste - 1986

Ramo de Atividade	(%)					
	Empregados c/carteira	Empregados s/carteira	Conta Própria	Não-Remu- nerados	Emprega- dores	Total
Agrícola	3,3	33,0	38,5	23,1	2,1	100
Ind.Transformação	41,7	27,9	23,2	3,9	3,3	100
Ind.Construção	32,4	37,6	28,2	0,6	1,2	100
Outras Ativ.Industriais	66,5	22,4	10,0	0,5	0,6	100
Comércio	25,1	17,6	48,4	5,4	3,5	100
Prestação de Serviços	12,0	46,3	37,6	2,2	1,9	100
Serviços Auxiliares	51,2	17,0	25,2	0,7	5,9	100
Transp.e Comunicações	42,9	19,4	35,3	1,0	1,4	100
Atividades Sociais	61,1	34,3	3,0	0,6	1,0	100
Administração Pública	59,7	39,6	0,5 (1)	-	0,2 (1)	100
Outras Atividades	55,9	16,1	26,9	0,3	0,8	100
Total	21,8	32,5	32,2	11,4	2,1	100

Fonte: PNAD.

(1) - Trata-se de informações incorretas.

Tabela 16 - Percentagem dos Empregados com Carteira Assinada por Ramo de Atividade - Brasil, São Paulo e Nordeste - 1979/1986

Ramo de Atividade	(%)														
	1979			1981			1983			1985			1986		
	BR	SP	NE	BR	SP	NE	BR	SP	NE	BR	SP	NE	BR	SP	NE
Agricultura	13,5	28,4	7,0	13,3	26,2	10,7	10,7	20,1	6,5	17,3	44,4	10,1	17,7	41,5	9,1
Ind.Transformação	87,3	92,4	67,2	85,4	90,7	66,6	84,2	90,3	63,2	83,1	89,4	60,8	82,0	87,8	60,0
Ind.Construção	67,9	69,9	56,3	55,0	67,4	31,3	33,3	65,0	12,0 (1)	55,9	62,3	45,9	58,5	65,1	46,3
Outras Ativ.Industriais	86,0	92,2	78,9	84,6	89,7	71,1	78,1	88,5	62,6	81,5	91,9	70,9	82,9	89,9	74,6
Comércio	75,5	78,2	62,4	73,6	76,3	65,0	73,2	76,5	62,5	71,5	74,1	59,3	72,3	74,1	58,7
Prestação de Serviços	39,9	47,6	25,3	37,1	42,8	23,0	34,4	40,7	22,2	32,6	40,0	19,2	35,0	43,4	20,6
Serviços Auxiliares	79,3	81,8	75,1	78,4	79,4	74,0	76,9	77,6	76,2	76,3	75,7	74,3	74,0	72,4	75,1
Transp.e Comunicações	84,5	91,5	68,2	84,4	90,9	67,3	84,1	89,2	69,5	82,9	88,3	66,8	83,5	88,6	68,9
Atividades Sociais	64,8	64,8	67,0	63,7	59,2	67,2	59,0	52,4	64,3	61,4	55,5	66,8	60,3	54,9	64,0
Administração Pública	47,8	48,3	53,0	52,1	46,9	57,9	43,5	29,6 (2)	53,3	51,5	43,4	58,8	52,8	42,0	60,2
Outras Atividades	92,9	93,7	90,0	91,7	93,6	85,3	91,8	95,1	86,5	90,2	93,4	77,6	90,2	93,1	77,1
Total	59,9	72,0	40,5	58,1	70,5	40,5	52,8	66,6	33,1	56,5	69,4	39,9	57,8	69,9	40,2

Fonte: PNAD.

(1) - O baixo percentual encontrado em 1983 deve-se à inclusão dos trabalhadores das frentes de trabalho do Nordeste na indústria de construção.

(2) - Este percentual deve estar incorreto, não sendo compatível com o restante da série para São Paulo.

Tabela 17 - Porcentagem da População Ocupada Contribuinte para a Previdência Social por Ramo de Atividade -
Brasil - 1979/1986

Ramo de Atividade	(%)														
	1979			1981			1983			1985			1986		
	BR	SP	NE	BR	SP	NE	BR	SP	NE	BR	SP	NE	BR	SP	NE
Agricultura	5,9	14,2	3,1	7,9	13,2	5,2	10,7	11,2	4,0	71,1	11,3	3,2	8,4	15,1	3,5
Ind.Transformação	83,8	92,1	52,5	82,3	90,7	53,6	78,6	89,7	45,7	78,6	89,3	45,7	78,8	88,4	46,5
Ind.Construção	65,7	65,5	53,7	55,1	63,0	33,2	34,7	57,7	13,5	49,5	55,0	39,6	52,0	58,2	38,6
Outras Ativ.Industriais	85,0	95,3	77,1	82,8	95,1	67,1	72,1	93,7	53,2	77,1	93,7	63,3	78,9	96,0	68,5
Comércio	66,3	74,7	46,2	64,7	70,8	47,9	61,4	70,4	41,5	59,2	67,7	39,2	61,6	68,9	40,2
Prestação de Serviços	40,4	48,7	25,3	37,8	43,8	24,4	34,1	41,7	21,2	32,1	41,3	18,2	34,0	42,0	20,8
Serviços Auxiliares	80,3	84,9	71,8	80,2	82,4	72,3	75,8	78,7	70,0	73,9	76,2	67,8	72,3	73,8	68,2
Transp.e Comunicações	83,5	89,1	66,6	80,9	88,1	62,4	77,8	85,7	59,2	76,8	84,9	55,1	78,1	87,2	56,9
Atividades Sociais	88,3	91,0	82,3	86,0	86,7	81,5	86,3	88,0	82,7	85,0	86,9	80,7	83,5	87,8	78,3
Administração Pública	81,2	89,1	84,9	82,2	88,6	83,7	83,9	92,7	84,8	85,1	93,9	85,7	83,0	91,3	82,7
Outras Atividades	85,7	91,8	67,8	84,4	90,4	74,1	82,9	92,9	68,1	80,4	93,9	55,3	80,9	91,2	61,1
Total	49,1	70,8	26,5	49,9	69,0	30,1	47,7	66,8	26,5	47,3	67,7	26,5	49,9	69,1	28,3

Fonte: PNAD.

Tabela 18 - Distribuição da População Ocupada por Classes de Rendimentos de Todos os Trabalhos -
Brasil - 1979/1986.

Classes de Rendimentos	(%)						
	1979	1981	1982	1983	1984	1985	1986
Até 1/2 SM	13,2	14,7	17,1	15,2	13,4	13,9	9,4
1/2 a 1 SM	22,0	18,7	23,7	22,1	22,8	21,9	20,9
1 a 2 SM	29,3	28,6	27,4	25,9	25,1	25,0	24,6
2 a 3 SM	12,4	14,5	11,3	13,7	13,0	15,8	12,9
3 a 5 SM	11,1	11,4	10,2	9,9	11,8	12,6	15,5
5 a 10 SM	7,6	7,7	6,6	8,4	8,7	9,2	10,0
Mais de 10 SM	4,4	4,4	3,7	4,8	5,2	5,6	6,7
Total	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: PNAD.

SM - Salário mínimo.

Tabela 19 - Distribuição da População Ocupada segundo a Posição na Ocupação por Classes de Rendimentos em Todos os Trabalhos - Brasil - 1986

Classes de Rendimentos	(%)			
	Empregados	Conta Própria	Empregadores	Total
Até 1/2 SM	7,8	15,5	0,4	9,4
1/2 a 1 SM	23,0	17,5	1,1	20,9
1 a 2 SM	26,5	22,1	4,4	24,6
2 a 3 SM	13,6	12,1	5,2	12,9
3 a 5 SM	15,2	16,2	16,4	15,5
5 a 10 SM	8,9	10,6	26,9	10,0
Mais de 10 SM	5,0	6,0	45,6	6,7
Total	100	100	100	100

Fonte: PNAD.

SM - Salário mínimo.

Tabela 20 - Distribuição da População Ocupada segundo o Ramo de Atividade por Classes de Rendimentos em Todos os Trabalhos - Brasil - 1986.

Ramo de Atividade	(%)						Total
	Até 1/2 SM	1/2 a 1 SM	1 a 2 SM	2 a 5 SM	5 a 10 SM	Mais de 10 SM	
Agricultura	14,0	30,4	30,6	17,8	4,5	2,7	100
Ind. Transformação	4,2	14,2	24,7	36,5	12,3	8,1	100
Ind. Construção	1,8	14,8	32,2	40,2	7,9	3,1	100
Outras Ativ. Industriais	1,4	10,0	18,4	38,2	18,3	13,7	100
Comércio	5,3	18,4	25,1	30,8	11,9	8,5	100
Prestação de Serviços	22,1	31,9	21,2	17,2	5,1	2,5	100
Serviços Auxiliares	2,7	14,1	17,7	29,2	16,0	20,3	100
Transp. e Comunicações	1,7	7,0	17,8	45,9	16,8	10,8	100
Atividades Sociais	6,9	17,3	23,3	30,6	13,0	8,9	100
Administração Pública	4,2	12,2	18,5	35,9	17,9	11,3	100
Outras Atividades	3,5	8,5	14,1	37,6	19,5	16,8	100
Total	9,4	20,9	24,6	28,4	10,0	6,7	100

Fonte: PNAD.

SM - Salário mínimo.

NOTAS:

- (1) - OIT, Employment, Incomes and Equality. A Strategy for Increasing Productive Employment in Kenya, Genebra, 1972.
- (2) - Tokman, Victor, El Sector Informal: Quince Años Despues, PREALC, Santiago, dezembro de 1987.
- (3) - Souza, Paulo Renato, Emprego, Salários e Pobreza, Hucitec, São Paulo, 1980a, p.132 e 133.
- (4) - Souza, Paulo Renato, A Determinação dos Salários e do Emprego nas Economias Atrasadas, tese de doutoramento, IFCH, Campinas, 1980b. p.94 a 99.
- (5) - Idem, p. 98.
- (6) - Tokman (1987) , op.cit., p.11.
- (7) - Idem, p.14.
- (8) - Cacciamali, Maria Cristina, Setor Informal Urbano e Formas de Participação na Produção, IPE/USP, São Paulo, 1983,p.24.
- (9) - Gerry, C. "Petty Production and Capitalist Production in Dakar: The Crisis of the Self-Employed", World Development, vol.6, nº 9/10, outubro de 1978, p.1150. Citação retirada de Cacciamali, (1983), op.cit., p.24.
- (10) - Lopez, Hugo et alli, El Sector Informal en Colombia: Estructura, Dinamica y Politicas, Universidade de Antioquia, Medellin, maio de 1986, p.33 e 34.
- (11) - Lopes, Hugo, "Secteur Informel et Société Moderne: l'Expérience Colombienne", Revue Tiers Monde, vol. XXVIII, nº110, abril/junho de 1987, p.377 e 378.
- (12) - Tokman (1987), op.cit., p.7 a 11.

- (13) - Idem, p. 14 a 20.
- (14) - Victor Tokman insiste em identificar os assalariados informais com aqueles em estabelecimentos com menos de 5 ocupados. Veja Tokman (1987), op.cit., p.15. Para uma lista de 22 critérios utilizados para definir o setor informal veja Lautier, Bruno, "Les Formes de l'Informel", Cahier du GERITD, Série Developpement, nº 2, janeiro de 1986.
- (15) - Souza (1980a), op.cit., p.135.
- (16) - Veja, por exemplo, Infante, Ricardo, Ajuste dos Mercados de Trabalho Urbano e Desemprego, mimeo, OIT, 1984 e Saboia, João, "Transformações no Mercado de Trabalho no Brasil durante a Crise: 1980/1983", Revista de Economia Política, vol. 6, nº 3, setembro de 1986. Uma das razões para a utilização deste critério é a existência dos dados da PNAD e da RAIS. A PNAD fornece dados sobre os empregados com carteira assinada. A RAIS apresenta ainda informações sobre os funcionários públicos estatutários.
- (17) - Esta classificação para o setor informal tem a vantagem de adequar-se às informações da PNAD. Cabe, entretanto, observar que entre os empregados sem carteira de trabalho assinada incluem-se os estatutários da administração pública.
- (18) - Veja nota (15).
- (19) - Cacciamali, Maria Cristina, Produção e Emprego no Brasil na Primeira Metade da Década de 80, trabalho apresentado no Seminário de Avaliação Metodológica das PNAD's, ABEP, Nova Friburgo, 12/15 de junho de 1988, p.31.
- (20) - Para uma discussão sobre a heterogeneidade dos setores formal e informal veja Rodgers, Gerry, Labour Markets, Labour Processes and Economic Development: Some Research Issues, working paper, World Employment Programme Research, OIT, Genebra, setembro de 1985, p.7 a 13.

- (21) - Salm, Claudio et alli, O Mercado de Trabalho Brasileiro - Estrutura e Conjuntura, Ministério do Trabalho e IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987 (Grifo dos autores).
- (22) - Idem, p.11 (Grifo nosso).
- (23) - Idem, capítulo 2.
- (24) - Idem, p.37.
- (25) - Para uma discussão sobre a comparabilidade dos dados da PNAD e da RAIS veja Saboia, João e Ricardo Tolipan, "A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e o Mercado Formal de Trabalho no Brasil", Pesquisa e Planejamento Econômico, vol.15, nº 2, agosto de 1985.
- (26) - A comparação fica dificultada na Região Norte pela exclusão da população rural nos dados levantados pela PNAD.
- (27) - Para uma análise do comportamento do mercado de trabalho no período 1980/1983 veja Saboia (1986), op.cit.
- (28) - Mesmo nas regiões metropolitanas mais desenvolvidas do país, como São Paulo, a taxa de desemprego manteve-se relativamente moderada durante a crise. Segundo a Pesquisa Anual de Emprego do IBGE, o desemprego aberto nunca superou 10% da PEA.
- (29) - Consideramos como emprego formal aquele fornecido pela RAIS. Quando utilizada a PNAD ele corresponde aproximadamente ao emprego com carteira assinada, juntamente com os estatutários (sem carteira assinada) da administração pública.
- (30) - Cacciamalli (1988) afirmaria que o grau de "visibilidade" teria diminuído. Preferimos, entretanto, associar visibilidade à formalidade, na medida em que as relações tipicamente capitalistas, associadas ao setor formal, são predominantemente visíveis. Em outras palavras, quem assina a carteira de seus empregados e fornece informações à RAIS é o setor formal.

- (31) - Veja Ministério do Trabalho, Evolução do Emprego e dos Salários no Setor Organizado no Período 1980-1986 utilizando a Metodologia de Painéis Fixos para Pares de Anos Consecutivos da RAIS, Brasília, abril de 1988.
- (32) - Segundo o painel da RAIS, o emprego na administração pública cresceu 51% no Brasil entre 1979 e 1986. Em termos regionais o crescimento atingiu 108% na região Norte, 81% no Nordeste, 66% no Centro-Oeste, 36% no Sul e 33% no Sudeste.
- (33) - A discussão sobre a integração do mercado de trabalho no Brasil foi apresentada na seção 2.
- (34) - Os resultados agregados para o Brasil e para o Nordeste apontam para uma recuperação dos percentuais anteriores à crise devido ao esvaziamento da população rural no período. Enquanto população rural os trabalhadores normalmente não contribuem para a previdência social, ao se transformarem em população urbana possuem maior probabilidade de fazê-lo.
- (35) - Segundo o DIEESE, por exemplo, partindo do nível 100 em 1940, o salário mínimo atingiu 61 em 1979, 66 em 1982, 56 em 1983 e 50 em 1986.



PUBLICAÇÕES DO IEI EM 1988
TEXTOS PARA DISCUSSÃO

	Nº de páginas
157. GIAMBIAGI, Fabio. <u>Decisões Independentes, Expectativas e Racionalidade Econômica; Uma interpretação para o Fracasso dos congelamentos.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1988.	25
158. JAGUARIBE, Anna Maria. <u>Projeto Estado. Bases para uma comparação entre Brasil, Itália e Espanha nos anos 60-80.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1988 (Discussão, 158)	38
159. OZORIO, Anna Luiza. <u>A posição do ensino de economia na UFRJ: funcionários, professores e verbas.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1988 (Discussão, 159).	31
160. TAUILE, José Ricardo. <u>Notas sobre tecnologia, trabalho e competitividade no Brasil.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1988 (Discussão, 160).	27
161. MEDICI, André Cezar. <u>Observaciones sobre el financiamiento del sistema de salud argentino.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1988 (Discussão, 161).	33
162. BATISTA, Jorge Chami. <u>Planejamento, Investimentos e Competitividade Internacional do Setor Siderúrgico Brasileiro nos anos 70 e 80.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1988 (Discussão, 162).	97
163. KUPFER, David e CABRAL, Maria Tereza. <u>Organização Industrial e Perfil da Firma na Indústria Química Fina.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1988 (Discussão 163).	
164. FIGUEIREDO, José Bernardo e SILVA, Nelson do Valle. <u>The Experience with Economic-demographic Models For Brazil Description and Results.</u> IEI/UFRJ. Rio de Janeiro, 1988. (Discussão, 164).	25
165. FIORI, José Luís. <u>Leituras de Conjuntura Política - 1. Algumas idéias sobre a racionalidade da decisão presidencialista. 2. A propósito do pêndulo Peeme debista.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1988 (Discussão, 165).	25
166. TORRES FILHO, Ernani Teixeira. <u>A transição do tratado para a teoria geral - A economia monetária, a poupança e o financiamento.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1988 (Discussão 166).	38
167. TAUILE, José Ricardo et alli. <u>Matriz Eletrônica para a Produção de Sistemas Eletrônicos de Processamento de Dados no Brasil: Uma proposta de metodologia.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1988 (Discussão, 167).	71

168. FERRAZ, João Carlos; ANTUNES, Adelaide; TEIXEIRA, Francisco L.C.Teixeira e BRITO, Jorge N.P. A demanda tecnológica da indústria química fina: implicações para política setorial. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1988 (Discussão, 168) 62
169. GIAMBIAGI, Fabio. Taxa de Poupança, Restrições ao Crescimento e Política Econômica: Uma Abordagem Integrada. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1988. (Discussão, 169) 26
170. SALM, CLAUDIO. Concertation in Incomes Policy: The Case of Brazil. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1988 (Discussão, 170) 11
171. ZONINSEIN, Jonas. O circuito Financiamento-Investimento-Poupança Financeira. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1988 (Discussão, 171). 32
172. TAVARES, Maria da Conceição. Economia e Felicidade. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1988. (Discussão, 172) 20
173. SABOIA, João. Dualismo ou integração do mercado de trabalho? A experiência recente da economia brasileira. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1988 (Discussão, 173) 48